

## **A Rede da Democracia**

# A Rede da Democracia

*O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil*  
na queda do governo Goulart (1961-64)

Aloysio Castelo de Carvalho

Copyright © 2010 by Aloysio Castelo de Carvalho

Direitos desta edição reservados à EdUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense – Rua Miguel de Frias, 9 – anexo – sobreloja – Icaraí – CEP 24220-900 – Niterói, RJ – Brasil -Tel.: (21) 2629-5287 - Fax: (21) 2629- 5288 - <http://www.editora.uff.br> – e-mail: [secretaria@editora.uff.br](mailto:secretaria@editora.uff.br) e à Mídia Express Comunicação e Comércio Ltda - Editora Nitpress – Rua Visconde de Itaboraí, 54, Ponta d'Areia – Niterói – Rio de Janeiro, CEP 24040-050 – Tel. (21) 2618-2972 e (21) 2618-3828 – <http://www.nitpress.com.br> – e-mail: [nitpress@nitpress.com.br](mailto:nitpress@nitpress.com.br)

*É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa das editoras associadas.*

Direção Editorial: Luiz Augusto Erthal e Mauro Romero Leal Passos

Projeto gráfico e editoração eletrônica: Tayné Mendes

Revisão: Rosaly Fonseca

Capa: Augusto Erthal

Imagem da capa: Agência Estado

Supervisão gráfica: Káthia M. P. Macedo

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

---

C331      Carvalho, Aloysio Castelo de  
A Rede da Democracia: *O Globo, O Jornal* e o *Jornal do Brasil* na queda do governo  
Goulart (1961-64) / Aloysio Castelo de Carvalho – Niterói : Editora da UFF, Editora  
NitPress, 2010.

234 p.: il.; 14 cm.

Bibliografia: p. 234

ISBN 978-85-228-0533-4

ISBN 978-85-7884-745-7

1. Jornalismo. 2. Imprensa. I. Título.

CDD 070.449

---

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Roberto de Souza Salles

Vice-Reitor: Emmanuel Paiva de Andrade

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Diretor da EdUFF: Mauro Romero Leal Passos

Diretor da Divisão de Editoração e Produção: Ricardo Borges

Diretora da Divisão de Desenvolvimento e Mercado: Luciene Pereira de Moraes

Assessora de Comunicação e Eventos: Ana Paula Campos

Comissão Editorial

Presidente: Mauro Romero Leal Passos

Ana Maria Martensen Roland Kaleff

Gizlene Neder

Heraldo Silva da Costa Mattos

Humberto Fernandes Machado

Juarez Duayer

Livia Maria Reis de Freitas Teixeira

Luiz Sérgio de Oliveira

Marco Antonio Sloboda Cortez

Renato de Souza Bravo

Silvia Maria Baeta Cavalcanti

Tania de Vasconcellos



*Para Carla e Julia*

*As primeiras conversas sobre democracia  
devem-se aos companheiros da Política, em  
especial Jorge Carvalho. Dos colegas da Faculdade  
de Economia e do Programa de Pós-Graduação  
em Ciência Política da Universidade Federal  
Fluminense sempre recebi apoio e estímulo para  
enfrentar os desafios acadêmicos, que tiveram  
início com o projeto da Escola de Governo da  
Baixada Fluminense idealizado por Inês Patrício  
e Angela Ganem, duas amigas.*

*Durante os últimos anos tive também a  
oportunidade de trocar ideias e escrever artigos com  
Liszt Vieira, uma parceria no campo intelectual e  
uma rica experiência pessoal. A compreensão da  
imprensa no Brasil foi desenvolvida com Arnaldo  
Daraya Contier, mestre exemplar. Finalmente, o  
envolvimento dos editores e a disposição de Mauro  
Romero foram fundamentais para a publicação  
desse trabalho.*

## Sumário

Siglas e Abreviações .....	9
Prefácio .....	13
Introdução.....	16
1. Evolução do quadro político: divergências e aproximações editoriais .....	54
2. Os campos legítimos de manifestação da opinião pública: o Congresso e a imprensa .....	105
3. O Congresso como instituição representativa da opinião pública .....	123
4. A imprensa como autêntica representante da opinião pública .....	152
5. Considerações finais .....	174
6. Referências bibliográficas .....	179
Anexo I .....	189
<i>Datas, títulos das matérias de O Jornal publicadas sobre a Rede da Democracia e nomes dos que participaram com pronunciamentos</i>	
Anexo II .....	203
<i>Fác-símiles de pronunciamentos veiculados pela Rede da Democracia</i>	
Anexo III .....	CD
<i>Fac-símiles de todas as matérias da Rede da Democracia publicadas entre 1963 e 1964</i>	

## Siglas e Abreviações

**ABI** - Associação Brasileira de Imprensa  
**ANL** - Aliança Nacional Libertadora  
**CGT** - Comando Geral dos Trabalhadores  
**ESG** - Escola Superior de Guerra  
**EUA** - Estados Unidos da América  
**FLN** - Frente de Libertação Nacional  
**FMP** - Frente de Mobilização Popular  
**FPN** - Frente Parlamentar Nacionalista  
**IBAD** - Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
**ISEB** - Instituto Superior de Estudos Brasileiros  
**IPES** - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
**PCB** - Partido Comunista Brasileiro  
**PSD** - Partido Social Democrático  
**PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro  
**PUA** - Pacto da Unidade e Ação  
**SIP** - Sociedade Interamericana de Imprensa  
**URSS** - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
**UDN** - União Democrática Nacional  
**UNE** - União Nacional dos Estudantes

## Prefácio

### A cumplicidade devassada

**Passados mais de 45 anos do golpe militar** de 1º de abril de 1964, ainda permanecem desconhecidos ou obscuros numerosos aspectos da corte de iniquidades cometidas durante 21 anos pelos usurpadores do poder, parte das quais contidas em arquivos militares que seus guardiões recusam abrir, bem como da conspiração que culminou com a derrubada do governo constitucional do Presidente João Goulart. Esta foi uma operação de longo alcance, deflagrada a partir do momento da posse de Goulart, em 7 de setembro de 1961, e estendida até o fatídico 1º de abril.

No rastro do que fizera René Dreifuss com o seu clássico *1964: A conquista do Estado* e ampliando e aprofundando trabalhos de outros estudiosos que ele menciona na extensa bibliografia que consultou, Aloysio Castelo de Carvalho, eminente professor da Universidade Federal Fluminense, debruçou-se sobre as coleções de importantes jornais do Rio de Janeiro – *O Jornal*, autodenominado “órgão líder dos Diários Associados”, o poderoso complexo de comunicação do jornalista Assis Chateaubriand, *O Globo* e *Jornal do Brasil* – para esquadriñar a participação que tiveram no movimento para a derrubada do presidente. Esses jornais foram agentes de uma insidiosa guerra ideológica, que, em nome do

combate ao comunismo, difundiu entre os militares e empresários a ideia e a proposta de deposição de Goulart.

Sem qualquer réstia de tom panfletário, Aloysio Castelo de Carvalho mostra como esses jornais se arrogaram o papel de intérpretes da opinião pública, para apresentar como exigência desta o rompimento com a suposta linha de bolchevização do Brasil, que seria na verdade, alegavam os detratores e adversários de Goulart, o objetivo da intensa mobilização social que o país vivia a partir de 1961 até à consumação do golpe civil-militar. Carvalho diseca e desmistifica esse entendimento com a exegese de textos clássicos de teóricos que pontificaram sobre os temas opinião pública, democracia e propaganda política, entre os quais, como arrolado na bibliografia, Norberto Bobbio, Edmund Burke, Jean-Marie Domenach, Antonio Gramsci, Jürgen Habermas, Alexander Hamilton, James Madison, Thomas Jefferson, Gustave Le Bon, Montesquieu, Munõz-Alonso. Essa enunciação, embora incompleta, é a prova de que Carvalho foi fundo nas considerações teóricas, o que retira de seu trabalho, como anteriormente assinalado, qualquer eiva de panfleto.

Com rigor de minúcia e invejável paciência, Carvalho devassou os textos publicados por esses jornais a partir da criação da chamada *Rede da Democracia* em outubro de 1963 até às imediações da data do golpe, quando, paralelamente à armação política promovida pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e sua variante no Congresso, a Ação Democrática Parlamentar, a estratégia traçada pelos conspiradores criou as condições políticas, inclusive com o apoio de grandes mobilizações da massa, como as das Marchas da Família Com Deus Pela Liberdade, para a violação do texto constitucional e deposição do Presidente.

Carvalho faz serena análise dos textos sob um viés estritamente político, sem chamar a atenção para o tom raivoso e feroz com que esses escritos buscaram, com êxito, envenenar a opinião pública de que se diziam porta-vozes. Essa serenidade é um dos muitos pontos altos deste trabalho, que enriquece a massa de informações sobre esse momento desafortunado da vida nacional.

Maurício Azêdo

Presidente da Associação Brasileira de Imprensa-ABI

## Introdução

**O golpe de Estado que ocorreu em 1964** apresenta uma característica marcante: tomou a forma de uma operação militar comandada por oficiais de alta patente das Forças Armadas que assumiram o governo após a queda do presidente João Goulart. É verdade que a execução do golpe foi essencialmente militar, em que pesaram as motivações políticas.<sup>1</sup> Todavia, o movimento para a articulação das forças que intervieram no Estado se realizou sob os efeitos da ação interpretativa de diversas publicações jornalísticas. Importantes jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo cerraram fileiras com o movimento civil e militar que depôs o presidente João Goulart. Um lado menos conhecido dessa articulação se deu em torno da *Rede da Democracia*, idealizada por João Calmon, deputado do Partido Social Democrático (PSD) e vice-presidente dos Diários Associados. Criada no Rio de Janeiro em outubro de 1963, a *Rede da Democracia* era um programa radiofônico comandado pelas rádios Tupi, Globo e *Jornal do Brasil*. Ia ao ar quase todos os dias e repercutia pelo país através de outras centenas de emissoras afiliadas. Os pronunciamentos difundidos pelas emissoras eram posteriormente publicados nos respectivos jornais: *O Globo*, *Jornal do Brasil* e, sobretudo, *O Jornal*.



A *Rede da Democracia* simboliza, no campo da imprensa, a busca de novas formas de atuação, em face dos desafios colocados pela crise política que envolveu o governo Goulart. Seu surgimento é uma forte evidência de que os representantes da imprensa liberal se colocaram como atores políticos no governo Goulart. Criada logo após o presidente solicitar ao Congresso o Estado de Sítio e denunciar que estava em andamento uma conspiração golpista, esse amplo sistema de comunicação nacional deu voz aos representantes políticos, militares, empresários, jornalistas, professores, intelectuais, sindicalistas e estudantes, possibilitando a articulação no campo discursivo dessas emissoras e jornais do Rio de Janeiro com partidos e grupos de oposição ao governo, principalmente com a União Democrática Nacional (UDN), o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que financiava as campanhas eleitorais dos candidatos anticomunistas. A rede era uma réplica conservadora da Voz da Legalidade, criada pelo governador Leonel Brizola em 1961, cujas emissoras haviam mobilizado a opinião pública pela posse de Goulart na crise de 1961 após a renúncia de Jânio Quadros e, em seguida, passaram a pregar a antecipação do plebiscito com a volta do presidencialismo. Programa radiofônico que criticava as concepções nacionalistas e reformistas, bem como as decisões do governo Goulart, a *Rede da Democracia* reagiu às forças que incentivavam a maior participação popular na vida política e, sobretudo, amadureceu mudanças que deveriam ser efetivadas na natureza do regime democrático. Com base no diagnóstico de que estava em andamento a subversão das estruturas da sociedade brasileira, os representantes da imprensa do Rio de Janeiro construíram propósitos comuns, com relação aos temas políticos que precederam o golpe de 1964.

A criação da *Rede da Democracia* significou, portanto, uma aproximação entre as linhas editoriais de *O Jornal*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, voltados para a articulação de uma comunicação oposicionista que conferia funções políticas à imprensa, num ambiente em que os militares estavam sendo chamados a intervir no Estado. Os discursos apresentados pelos seus proprietários e representantes, no dia da inauguração, em 25 de outubro 1963, deixam claro que o eixo central se deu em torno do combate ao comunismo, considerada uma ideologia totalitária que visava à desestruturação do regime representativo, com o fim dos mecanismos jurídicos que garantiam os direitos individuais,

em especial os relacionados à liberdade e à propriedade. O termo “comunismo” apareceu associado à revolução, em contraposição à ideia reformista aceita pelos jornais, que percebiam no governo omissão no combate a essa ideologia, colocando-se, desse modo, em confronto com a legalidade constitucional e com os tradicionais valores de liberdade da sociedade brasileira. De fato, Nascimento Brito prognosticou que forças políticas tentariam obter “o consentimento popular para fazerem do Brasil a experiência infeliz que o nazismo, o fascismo e o comunismo impuseram a outros povos”.<sup>2</sup> Nessa linha discursiva, também se expressou Roberto Marinho, para quem os brasileiros estavam sendo “vítimas de uma deformação, intencional por parte de uma minoria de demagogos e de comunistas empenhados em envenenar as nossas relações com os países do mundo ocidental”.<sup>3</sup> E João Calmon, representando Assis Chateaubriand, proprietários dos Diários Associados, viu no rádio o instrumento político contra o comunismo para ganhar “a batalha da propaganda, que é o episódio mais importante da Guerra Fria”.<sup>4</sup>

A *Rede da Democracia* pregou uma mentalidade de guerra para combater o comunismo e colocou a imprensa no centro dos debates sobre reorganização do regime político. Os representantes da imprensa do Rio de Janeiro haviam perdido a convicção no regime representativo, com seus diversos instrumentos constitucionais de limitação dos poderes, sobretudo após o plebiscito ter decidido pelo retorno ao presidencialismo, em janeiro de 1963. A partir daí, uma coalizão de forças, envolvendo trabalhistas e comunistas, passou a apostar na mobilização sindical com greves, manifestações de rua e ações políticas extra-institucionais, a fim de pressionar o Congresso a aprovar as Reformas de Base, em particular a reforma agrária. Predominava a percepção de que a ativação política das massas estava articulada ao projeto intervencionista do governo e de que este estimulava o confronto com as tradicionais instituições representativas, colocando na ordem do dia a construção de um tipo de democracia plebiscitária inspirada em Rousseau, como forma de aferição da vontade das grandes maiorias. Diante desse quadro, surgiram impulsos para se repensar os rumos do Estado, cujas estruturas administrativas estariam sendo apropriadas pelas forças partidárias de apoio ao governo, assim como se exercia controle sobre a máquina sindical com fins políticos considerados antidemocráticos. Apelos para intervenção militar tornaram-

se constantes e foram acompanhados de um questionamento sobre os canais de representação da sociedade, num movimento de valorização da própria imprensa. Portanto, nesse momento de crise política encontram-se os elementos de uma nova forma de regime que então começava a nascer na consciência liberal.

Com essa preocupação, este trabalho analisa a participação de *O Globo*, *O Jornal* e *Jornal do Brasil* durante o governo Goulart, imbuído da convicção de que os representantes da imprensa liberal fizeram da crítica uma prática por meio da qual disputaram com as instituições políticas o monopólio da representação da opinião pública. Na disputa pela hegemonia da representação da opinião pública, se apropriaram de diversos discursos sociais, colocando-se na posição de sujeitos políticos responsáveis pela construção da legitimidade do Estado. Dessa forma, eles conferiram ao texto jornalístico um sentido político próprio, de modo a justificar uma posição de predominância no esquema de poder. Para investigar, portanto, o modo de inserção assumido pelos representantes da imprensa liberal durante a crise institucional no governo Goulart, vamos analisar o discurso adotado com relação ao lugar que eles próprios imaginavam ocupar naquele cenário político. Ou seja, que papel os jornais do Rio de Janeiro atribuíram à própria imprensa naquele cenário de crise das instituições políticas representativas e questionamento do regime democrático?

A imprensa como objeto de investigação: interpretações sobre o golpe de 1964

É expressiva a literatura que aborda o golpe de Estado ocorrido no Brasil em 1964. Em que pese a complexidade, trata-se de um tema razoavelmente estudado no campo das ciências sociais. Todavia, nas pesquisas recentes sobre trabalhos que interpretam o golpe de 1964, como a do historiador Carlos Fico, fica evidente que são poucas as referências a estudos acadêmicos que tomam a imprensa como objeto de investigação.<sup>5</sup> A constatação ganha sentido se considerarmos que a imprensa teve, durante o governo Goulart, uma intensa atuação na intermediação das lideranças civis e militares com o público, colocando em discussão os projetos das forças sociais e políticas na disputa pela direção do Estado. Na análise da produção acadêmica sobre o golpe de 64 e na apresentação de um guia bibliográfico do regime autoritá-

rio, no qual Carlos Fico aponta três matrizes teórico-metodológicas – a ciência política de influência norte-americana, as investigações marxistas e a ênfase no papel dos militares –, constam os trabalhos de Alfred Stepan e René Dreifuss, que incluíram a atuação da imprensa em suas pesquisas. Vamos, inicialmente, recuperar as concepções desses autores, como primeiro passo para enfrentar o desafio de compreender o comportamento desse ator que tem revelado grande capacidade de influência na formação do imaginário social.

Um dos primeiros estudos, no campo da ciência política, que utilizou o material jornalístico como fonte de documentação e incorporou uma análise mais sistematizada da atuação da imprensa e sua influência no golpe de 1964, foi o de Alfred Stepan, intitulado “Brasil: os militares e a política” e publicado no Brasil em 1975. Stepan postula que as “Forças Armadas não são um organismo autônomo, senão um subsistema que reflete as mudanças ocorridas em todo o sistema político”<sup>6</sup>. Ou seja, as Forças Armadas, como instituição, estão inseridas no processo político e são sensíveis às variações da opinião pública. Isso significa que, na determinação dos golpes militares no Brasil, “as atitudes dos civis” no sentido de pedir a intervenção militar “pode ser mais importante que a própria ideologia ou objetivos castrenses”<sup>7</sup>. Segundo o autor, os periódicos constituíram uma das vias de comunicação entre os civis e os oficiais das Forças Armadas. Os periódicos, que expressam as controvérsias públicas, são considerados um indicador da opinião das classes média e alta, acerca do papel que as Forças Armadas deveriam desempenhar no sistema político. Stepan examinou os editoriais dos principais periódicos do Rio de Janeiro e de São Paulo publicados antes do golpe de 1964. Nove periódicos foram selecionados, em virtude da importância política que tiveram para as elites participantes no processo. Entre eles, cinco foram classificados como relativamente neutros ou carentes de uma ideologia específica: *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Diário Carioca*, *O Jornal* e *Diário de Notícias*. Em contrapartida, quatro dentre eles, de acordo com a classificação do autor, possuíam uma tendência ideológica específica: *O Estado de S. Paulo*, *Tribuna da Imprensa* e *O Globo* eram vozes da direita e dos setores conservadores e *Última Hora* aparece como único periódico de grande formato que representa a opinião de esquerda. De acordo com a pesquisa, a maioria dos periódicos, antes do golpe de 1964, expressava abertas dúvidas acerca da legitimidade

do presidente da República. Ao mesmo tempo, a maioria deles emitiu a opinião de que “correspondia às Forças Armadas intervir no processo político, em cumprimento ao tradicional dever constitucional que exigia a garantia da plena vigência da Constituição e o controle sobre o Poder Executivo”.<sup>8</sup> Teria havido, portanto, uma coerência básica entre a opinião civil e a das elites militares.<sup>9</sup>

Enquanto Stepan analisou importantes periódicos do Rio de Janeiro e de São Paulo e se voltou para os aspectos político-institucionais com foco nas relações entre as esferas civil e militar, René Dreifuss, no trabalho intitulado “1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe”, adotou os pressupostos marxistas e procurou apresentar uma visão mais ampla da atuação dos meios de comunicação. O autor relaciona os fatores econômico-estruturais e os condicionamentos de classe às mediações político-ideológicas para explicar o golpe de 1964<sup>10</sup>. Como decorrência, ele investiga as atuações do IPES e do IBAD, apresentando dados sobre o envolvimento da imprensa com esses órgãos. Jornalistas profissionais participaram das unidades operacionais dos Grupos de Opinião Pública, Estudo e Doutrina e Publicações ligadas ao complexo IPES/IBAD. Artigos e informações desses órgãos eram publicados em diversos jornais e mensagens políticas e ideológicas eram emitidas pelos rádios e televisões. Colunas eram assinadas e vendidas a vários órgãos de divulgação. O IPES conseguiu estabelecer um relacionamento especial com os mais importantes jornais do país tais como: os Diários Associados, de Assis Chateaubriand, a *Folha de S. Paulo*, do grupo de Octavio Frias, *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*, do grupo Mesquita, o *Jornal do Brasil*, de Nascimento Brito e *O Globo*, das Organizações Globo do grupo Roberto Marinho.

Na interpretação de Dreifuss, as mudanças ocorridas em 1964 não foram o resultado de um golpe militar conspirativo, mas de uma campanha política, ideológica e militar desencadeada pela elite orgânica do complexo IPES/IBAD. A doutrinação através da mídia visou fortalecer os “pontos de vistas tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista”<sup>11</sup>. A elite orgânica “atacava o comunismo, o socialismo, a oligarquia rural e a corrupção do populismo”<sup>12</sup>. Em contrapartida, argumentava que “a prosperidade do país e a melhoria dos padrões de vida do povo se deviam à iniciativa privada e não à intervenção do Estado”<sup>13</sup>. O objetivo geral

de suas ações era “modelar as várias frações das classes dominantes e diferentes grupos sociais das classes médias em um movimento de opinião voltado para a contenção da mobilização popular e a destituição de João Goulart da presidência da República”<sup>14</sup>. Desse ponto de vista, os meios de comunicação de massa foram manipulados, servindo como instrumento ideológico no golpe de classe executado pela burguesia. Portanto, os representantes da imprensa mediarão uma estratégia de desestabilização do governo Goulart comandada por uma elite orgânica,<sup>15</sup> da qual fizeram parte os empresários, intelectuais, militares e políticos, com o objetivo de impor um modelo de capitalismo em associação com os interesses da burguesia multinacional e associada.

Em estudo realizado sobre a trajetória da *Folha de S. Paulo* desde a sua criação, em 1921 até o ano de 1981, os historiadores Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato reconhecem o comprometimento do jornal com as transformações do poder político. No campo da investigação histórica que analisa os fundamentos ideológicos dos textos de periódicos e debate as particularidades do liberalismo no Brasil,<sup>16</sup> os autores defendem que a grande imprensa “insere-se no modelo autocrático-burguês descrito por Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil*” e a *Folha de S. Paulo*, em particular, “representa o limite máximo e as contradições dessa consciência burguesa no Brasil contemporâneo”<sup>17</sup>. A *Folha* se autodefinia, em 31 de março de 1964, como liberal e democrática e, na conceituação de imprensa, associava esta à liberdade. Tendo como fonte os editoriais, os autores observam que a noção liberal de opinião pública incorporada ao jornal “elimina a discussão sobre as classes sociais, arredondando-as sob a ótica dos setores dominantes, fundamental na perspectiva ideológica da *Folha*”<sup>18</sup>. Embora a adoção de uma orientação liberal e democrática configurasse na época do governo Goulart um alinhamento nos marcos do conservadorismo, o jornal ofereceria contrastes com jornais mais conservadores, igualmente autoproclamados liberais. Além de não embarcar no sonho de uma república sindicalista, tal como a *Última Hora*, a *Folha de S. Paulo* valorizou o Legislativo, procurando se manter equidistante entre o populismo reformista do tipo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o liberalismo oligárquico manifestado pela UDN ou PSD. Duas características marcam, nesse período, a empresa da qual a *Folha* faz parte: o discurso na moder-

nização empresarial, com ênfase no elogio do trabalho, e iniciativas mais abrangentes, como o patrocínio do I Congresso Brasileiro para Definição das Reformas de Base. O esforço para modernizar a empresa, todavia, não levou a Folha a apoiar o presidente João Goulart. O jornal assumiu uma postura anti-Jango e o golpe de Estado de 1964 foi bem-recebido, a ponto de sugerir, em editorial, ao presidente Castelo Branco, medidas para a regeneração nacional.<sup>19</sup> O projeto da Folha corresponderia no plano ideológico a uma visão de classe média, embora os autores admitam que “o problema da conceituação das classes médias, que perpassa toda a análise, não foi inteiramente equacionado.” A Folha é vista como um “jornal de classe média, seja em seus eventuais jacobinismo, fiscalismo em relação ao Estado, reformismo, antipopulismo e democratismo”.<sup>20</sup>

Ainda no âmbito da abordagem histórica que prioriza a análise de textos dos jornais e discute os limites do liberalismo, encontra-se a pesquisa de Maria Aparecida de Aquino sobre *O Estado de S. Paulo*, entre 1964 e 1980. A autora nos fornece importantes reflexões sobre os projetos políticos do jornal. A análise dos artigos/columnas e editoriais mostram que *O Estado de São Paulo* é um órgão de divulgação produzido por representantes de camadas dominantes, voltado para as camadas dominantes do país. Além de se colocar como interlocutor privilegiado dos círculos centrais do poder executivo, o jornal pretende falar em nome da opinião pública, expressão associada a povo ou nação. A defesa de um projeto social que valoriza o liberalismo econômico e a livre-concorrência, com abertura ao capital estrangeiro, é acompanhada pela proposta, no plano político, da democracia liberal. O projeto político de *O Estado de S. Paulo* comporta a defesa de um regime forte que responderia às exigências da formação social brasileira, em função da prematura implantação da República e pelo fato de que os ideais republicanos nunca tenham sido alcançados. Ao resgatar sua trajetória, a autora ressalta que o jornal, criado em 1875 no bojo do republicanismo, exerceu influência marcante durante a República Velha, sobretudo nas decisões da política cafeeira.<sup>21</sup> A análise do jornal *O Estado de S. Paulo* mostra que este representante da imprensa aparece ligado aos interesses das elites. Ele se colocou como um órgão de expressão da ideologia liberal que, no caso do Brasil, volta-se tradicionalmente mais para a defesa das tradicionais liberdades do que para a igualdade nas relações sociais. Opositor ao modelo nacionalista-

populista e identificado com o programa da UDN, *O Estado de S. Paulo* comprometeu-se, segundo autora, com as conspirações contra o governo João Goulart e teve um papel ativo na derrubada do presidente constitucionalmente eleito.<sup>22</sup>

Já Alzira de Abreu propõe que a atuação da imprensa seja incorporada aos esquemas explicativos da queda do regime constitucional, em março de 1964. Na análise desse acontecimento, deve-se relacionar “a crise econômica com a crise política, as orientações ideológicas, os fatores institucionais e a interação dos vários atores políticos”. A historiadora examinou os noticiários e os editoriais dos jornais diários, matutinos e vespertinos, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Entre os que foram objeto de investigação estão: *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *O Jornal* e *Jornal do Brasil*, além de *Correio do Povo*, *Novos Rumos* e *O Semanário*. A autora compartilha da posição de que a imprensa contribuiu para derrubar o governo Goulart. Nessa época, a imprensa vivenciava o auge do jornalismo político e se envolvia nas disputas político-ideológicas. Sem a sua participação, o desfecho do processo político teria sido outro em 1964. Com a capacidade de impor uma agenda e interferir nos rumos dos acontecimentos, a imprensa priorizou os temas do comunismo e do caos administrativo do governo, o que a levou a demandar o “restabelecimento da ordem mediante uma intervenção militar”. A Revolta dos Sargentos marcou o “momento de inflexão da posição da imprensa em relação ao governo” e da intensificação do discurso da ameaça comunista no país, considerado o eixo em torno do qual os setores da “imprensa, militares, Igreja, classe média, empresários rurais e urbanos” se uniram para derrubar o presidente Goulart. Segundo Abreu<sup>23</sup>, o alinhamento contra o comunismo se baseava numa “visão conservadora dos proprietários dos jornais e de alguns jornalistas”. A autora entende que a imprensa até os anos 1960 era partidária, isto é, refletia os interesses ideológicos dos partidos. Enquanto *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* defendiam ideias e posições da UDN, a *Última Hora*<sup>24</sup> era partidária das posições do PTB.

Mesmo que sejam poucos os estudos sobre a imprensa entre 1961 e 1964, foi possível identificar diferentes linhas de investigação. Foram criadas diversas representações para descrever as trajetórias dos jornais. Enquanto Stepan classificou os periódicos segundo o critério de existência de uma ideologia específica e interpretou-os como re-



presentantes da opinião civil das classes média e alta, na interlocução com os militares sobre seu papel no sistema político, Dreifuss viu na imprensa e nos meios de comunicação, envolvidos na campanha política, ideológica e militar contra Goulart, um instrumento da burguesia na tomada do poder de Estado. Mota e Capelato associaram a *Folha de S. Paulo* à divulgação dos valores de classe média e a uma postura anti-Jango, embora o jornal tenha assumido uma posição de equidistância entre os partidos, ao passo que Aquino percebeu *O Estado de S. Paulo* vinculado aos interesses das camadas dominantes e identificado com as posições liberais da UDN. Já Abreu enfatizou o anticomunismo dos proprietários dos jornais e as afinidades ideológicas com os partidos, no exame da imprensa nos anos 1960. Em comum, esses autores reconhecem que a maioria dos setores da imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo jogou um papel decisivo no processo de desestabilização do sistema político em 1964, seja negando legitimidade ao governo e apelando para a intervenção das Forças Armadas no Estado, seja mobilizando a opinião pública com propósitos partidários ou classistas e até participando mais diretamente na conspiração civil e militar que levou à deposição do presidente Goulart. Concordamos que a imprensa desempenhou um papel ativo na queda de Goulart e desenvolveremos, neste trabalho, a concepção de que ela é portadora de diversos discursos sociais. Desse ponto de vista, vamos analisar a participação de *O Jornal*, *O Globo*, e o *Jornal do Brasil* no contexto político que antecedeu o golpe de 1964.

#### A imprensa e a opinião pública: uma proposição

O discurso dos jornais do Rio de Janeiro sobre o lugar da imprensa naquele momento de crise das instituições representativas, durante o governo Goulart, teve como eixo a noção liberal de opinião pública. Para atrair atributos de credibilidade nos debates sobre questões públicas e justificar um projeto de poder, do qual a própria imprensa era uma das protagonistas, *O Jornal*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil* evocaram a noção de opinião pública, resgatando a tradição do moderno pensamento ocidental. Assim, colocaram-se na condição de porta-vozes do povo, intérpretes fiéis dos seus sentimentos e interesses, pressupondo que o poder pertence ao povo e quem exerce o governo deve fazê-lo

em sua representação. Dessa forma, reproduziram a ideia de que a opinião pública é um princípio de legitimidade, no qual está subjacente que o povo constitui a base para a construção da nação.

Este trabalho discute um tema que faz parte da vida política republicana: quem representa a opinião pública? Quem está autorizado a falar em seu nome? A definição do que seja opinião pública e a disputa pela sua representação são questões presentes na cultura ocidental desde os tempos que precedem a Revolução Francesa, em 1789. O conceito de opinião pública é central na teoria liberal clássica. Enquanto em Hobbes a disputa de opiniões entre súditos é o germe da anarquia e não tem relevância para o príncipe, no Estado liberal imaginado por Locke, o poder político brota do consentimento e sua estabilidade depende da confiança dos cidadãos. Montesquieu conferiu uma forma institucional definitiva à proposição lockeana de distribuição de poderes de modo a evitar a concentração de poder público e a atuação arbitrária de alguma autoridade.<sup>25</sup> Como exemplo de Estado livre ou de direito, Montesquieu destaca a Inglaterra, onde o povo é representado pelas assembleias e os poderes são autônomos e separados. Nessa interpretação, “a liberdade política num cidadão” é definida como a “tranquilidade de espírito que provém da opinião que cada um possui da sua segurança.”<sup>26</sup>

Na linha do pensamento constitucionalista, Constant é sensível à emergência da opinião pública como um novo ator com a função de intermediar a vontade do eleitorado e as decisões da Assembleia Legislativa.<sup>27</sup> Na condição de que seja garantida a publicidade das discussões parlamentares e dos atos do governo, bem como a plena liberdade de imprensa, a opinião pública se transforma num tribunal da política.<sup>28</sup> Na interpretação de Constant, a liberdade dos modernos se opõe à liberdade dos antigos, conceito que enfatiza a liberdade do cidadão submetida aos interesses da coletividade e consiste em “exercer coletiva, mas diretamente, várias partes da soberania inteira, em deliberar na praça pública sobre a guerra e a paz [...] em votar as leis, em pronunciar julgamentos, em examinar as contas, os atos, a gestão dos magistrados [...]”<sup>29</sup> Merquior acredita que as reivindicações feitas por Constant da liberdade moderna e da limitação institucional da autoridade foram motivadas pelos “surto ditatoriais da Revolução Francesa”, diante da questão rousseauiana da soberania não dividida. Constant percebe que o “ideal republicano de Rousseau da apro-

41. BARBOSA, 1990, p.20.
42. Rui Barbosa e Assis Brasil eram os dois grandes ídolos políticos, por exemplo, do jornal *O Estado de S. Paulo* (CAPELATO e PRADO, op. cit., p.31). *O Estado de S. Paulo* apoiou a candidatura de Rui Barbosa em 1909 e em 1914, tornando-se o porta-voz dos civilistas em São Paulo (LEAL e SAUL, 2001, p.2028). Há também uma estreita correspondência entre o programa do candidato Rui Barbosa, derrotado nas eleições presidenciais de 1910, e a linha editorial do jornal *A Noite*, de oposição ao governo Hermes da Fonseca. O jornal carioca *A Noite* foi criado em 1911 pelo jornalista Irineu Marinho e é visto como o precursor de *O Globo*, que foi lançado em 1925 e prestou seu apoio à Aliança Liberal na Revolução de 1930.
43. Segundo Boris Fausto, Rui Barbosa foi lançado por São Paulo, onde o “café conferia um perfil moderno à produção agrícola e se constituía no pólo dinâmico da economia”. O candidato civilista defendia os princípios democráticos e o voto secreto. Procurando atrair o voto das populações urbanas, o programa demonstrava, segundo o historiador, que “a São Paulo não interessava a extrema autonomia estadual, mas um país com certa integração nacional, em função do núcleo dominante. Apoiado também pela Bahia, centro importante da economia do Nordeste quando o açúcar predominava na pauta de exportação, Rui Barbosa pregava “um certo fortalecimento do Poder Central, com a unificação da justiça e a punição dos Estados que violassem a Constituição Federal, maior intervenção nos conflitos econômicos e fiscais dos Estados, regulamentação do direito dos Estados contraírem empréstimos externos, defesa do café pela União” (FAUSTO, 1983, p.405).
44. Nelson Werneck Sodré avalia que a passagem do século assinala, nas capitais brasileiras, o ingresso da imprensa na fase industrial. Ela transformava-se numa empresa, grande ou pequena, mas como uma estrutura comercial inequívoca. (SODRÉ, 1999, p.275). O jornal *A Noite* acompanhou essa tendência empresarial observada na imprensa brasileira nos primórdios da República. É o que mostra o seu “Relatório e parecer relativos ao 3º ano social”, apresentado na Assembleia-Geral em 31 de julho de 1915, publicado dois dias antes pelo jornal. Dirigido aos acionistas, o relatório intitulado “Comércio e Finanças, Sociedade em Comandita, *A Noite*, Marques, Marinho & C”, sustenta que “mais uma vez são de júbilo as nossas palavras”. Em seguida, chama atenção para o fato de que as contas apresentadas, relativas “ao ano social agora finda”, indicavam que “se acentuou nitidamente o progresso desta empresa”. O relatório revela as características de uma imprensa que, paulatinamente, era penetrada pelo espírito empresarial e ganhava uma particular complexidade organizacional. *A Noite* acompanhava as transformações da sociedade capitalista brasileira do início do século XX, que se urbanizava e necessitava de informação. São claros os sinais de diferenciação das funções e serviços exigidos para a confecção do jornal. O relatório também estabelecia uma forte associação entre crescimento das vendas e investimento em tecnologia, assinalando que uma empresa jornalística requer a constante modernização do equipamento gráfico para responder, no contexto de concorrência entre os jornais, as demandas dos novos públicos. O relatório do jornal *A Noite* atribuía à aquisição das máquinas “Marinoni” (rotativas) a responsabilidade pelo melhor atendimento da circulação do Rio de Janeiro e penetração em mercados situados fora desta cidade, mais especificamente em Minas Gerais, São Paulo e Estado do Rio, com uma venda em torno de 10 mil exemplares diários. Finalmente, o relatório indica que o jornal seguia a tendência da moderna imprensa voltada para a conquista de um amplo público. Nesse sentido, é possível supor que a confecção da mensagem de *A Noite* já estaria, em parte, influenciada pela lógica do mercado, respondendo à preocupação de agradar amplos segmentos sociais. Assuntos como as modalidades do esporte, a participação da mulher e os costumes da sociedade ganhavam gradativamente espaço no texto do jornal. (COMMERCIO e finanças, Sociedade em Comandita *A Noite*, Marques, Marinho&C. *A Noite*, Rio de Janeiro, 29jul1915, p.5).
45. Foi o caso de *O Estado de S. Paulo* que propugnava uma reforma das instituições republicanas de modo a garantir os princípios liberais (CAPELATO e PRADO, 1980, p.24 a 31). Havia forte identidade entre a linha editorial de *O Estado de S. Paulo* e o programa da chamada dissidência do PRP, a ala do partido descontente com a situação. O jornal publicou

seu manifesto, reivindicando “a reforma da Constituição, o saneamento do voto popular, o aperfeiçoamento da instrução pública e da reforma judiciária, a supressão dos impostos de trânsito e a fiscalização tanto da arrecadação como da aplicação da receita estadual” (LEAL e SAUL, 2001, p. 2028).

46. O jornal *O Estado de S. Paulo* se considerava, na qualidade de órgão de imprensa, o intérprete da opinião pública brasileira. (CAPELATO e PRADO, 1980, p.94). O discurso de que a imprensa seria o campo privilegiado de manifestação da opinião pública aparece também no jornal *A Noite*, como revela, por exemplo, a matéria intitulada “O vergonhoso atentado da Bahia e a atitude da imprensa”. Neste caso se faz referência ao fato do governo ter sido criticado pelos jornais que não admitiam a política das intervenções “salvacionistas” nos estados. Assim afirma *A Noite*: “Mas ao governo é que talvez não impressione a atitude da imprensa, como não impressionam as sentenças legítimas do Poder Judiciário e como não impressionarão as decisões do poder legislativo, no dia em que o Congresso Nacional deixar de ser uma dócil manada de lanígeros, de olhos fitos no dinheiro do subsídio. Nunca, entretanto, a imprensa representou tão nitidamente a opinião pública como neste ignominioso episódio da nossa vida de Nação livre”. (O vergonhoso atentado da Bahia. *A Noite*. RJ, 17.01.1912, p.1). Em outra matéria que discute a criação de uma escola de jornalistas, *A Noite* defende que “É à imprensa, pela sua origem plebeia e pelo seu contato imediato com a multidão, que está confiada, naturalmente, a missão de guiar as massas...”. (SERÁ criada entre nós a escola de jornalistas? *A Noite*. Rio de Janeiro, 19jun1913, p.1).
47. Na interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos, o controle da representação política se deu através do “dispositivo político chamado Comitê de Credenciais, cujo objetivo era rever os resultados eleitorais e reconhecer os eleitos”. Este dispositivo foi sistematizado no governo Campos Sales, quando teve início a chamada “política dos governadores”. Para realizar o programa liberal na economia, o governo “burlou a Constituição de 1891 e esvaziou o mercado político de qualquer conteúdo liberal”. (SANTOS, 1998, p.33). Nesse ambiente de fortalecimento do Executivo e perda de significado da representação política, é ilustrativa a matéria publicada em 1º de janeiro de 1912 pelo jornal *A Noite*, que questiona a funcionalidade do Legislativo e mostra seu distanciamento com relação aos interesses da sociedade. No texto, encontra-se a sugestão para o leitor, “[...] esse ingênuo patricio [...] procurar ao Diário do Congresso” a fim de verificar que numa lista de “60 questões [...] 45 ficaram sem solução”. Em seguida, pergunta: “A Câmara as discutiu? Mas que proveito auferiu o público dessa discussão?”. Com o objetivo de revelar a morosidade e a incompetência do Legislativo, a matéria avalia que “todos esses assuntos passaram para 1912, passarão para 1913 e assim atravessarão anos e anos, sem serem resolvidos, figurando sempre como trabalho profícuo dos Srs. legisladores.” Após apresentar uma imensa lista dos assuntos, o jornal assinala ironicamente que “nenhuma outra questão de grande e imediata importância para o público mereceu o carinho dos Srs. deputados.” Finalmente, classifica o trabalho dos deputados de “estéreis discussões políticas” e sustenta que “a ingênua pergunta tem, pois, a razão de ser: - de que nos serve, afinal, o poder Legislativo? (De que nos serve afinal, o poder legislativo. *A Noite*. Rio de Janeiro, 01jan1912, p.1).
48. Nessa questão, o trabalho incorpora a interpretação de que até mesmo os que partiam de premissas liberais acabavam dando ênfase ao Estado, quando buscaram em modelos republicanos uma alternativa à monarquia. Haveria continuidade na organização política republicana da longa tradição estatista do país, herança portuguesa reforçada pela elite imperial (CARVALHO, 1989, p. 273). Essa linha de pensamento possibilita entender por que, no campo da imprensa, *A Noite*, embora divulgasse os princípios liberais desenvolvidos por Rui Barbosa, teve em seus quadros profissionais como articulista o publicista e pensador Alberto Torres, que pregava a revisão constitucional do país, como mostra o texto do jornal: “Procurando tornar a leitura de *A Noite* cada vez mais atraente, acabamos de contratar o eminente publicista brasileiro Sr. Dr. Alberto Torres, que escreverá um artigo por semana às segundas-feiras. O primeiro desses artigos será publicado amanhã”. O Dr. Alberto Torres, que é incontestavelmente um dos nossos mais profundos pensadores e dos que mais interesse tem revelado pelas grandes questões nacionais, acaba de dedicar a esse

- assunto da revisão constitucional um volume de 382 páginas, que constitui a primeira parte da sua nova obra “A organização nacional” (A colaboração d’A *Noite*. Artigos semanais de Alberto Torres. A *Noite*. Rio de Janeiro, 2jan1916, p.1). Importante representante do pensamento autoritário no Brasil, Alberto Torres defendia a necessidade de um Estado tutelar, sem o abandono, todavia, dos antigos valores liberais, os quais ele criticava, mas não os negava. (IGLÉSIAS, 1982, p. 29).
49. MEDEIROS, 1978, p.170.
  50. VIANNA, 1939, p.94 a 96.
  51. Idem, p. 182 a 185.
  52. Idem, 187.
  53. Idem, p. 185.
  54. VIANNA, 1987, p.295.
  55. Idem.
  56. VIANNA, Oliveira, 1939, p.233.
  57. Idem.
  58. Idem, p.234.
  59. ALMEIDA, 2004, p. 307.
  60. MEDEIROS, Jarbas, 1978, p.174.
  61. BENEVIDES, 1981, p.82.
  62. FERREIRA, 2003, P.317.
  63. SKIDMORE, 1976, p.160.
  64. CARVALHO, 2000, op. cit.
  65. Embora vejam diferenças entre os principais jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo quanto ao grau de oposição, Alzira Abreu e Fernando Weltman sustentam que o cerco da imprensa teve início com o questionamento da legitimidade da posse de Vargas e se expressava no fato de que “toda a notícia sobre a vida política, administrativa e econômica do país era utilizada contra o governo”. Os autores analisam a cobertura jornalística da crise originada com o atentado a Carlos Lacerda, “principal porta-voz da ofensiva antigetulista”. Eles concluem que “os principais órgãos de imprensa do país, com algumas exceções...atuaram decisivamente...na formação de um consenso a respeito da crescente inviabilidade política e moral do prosseguimento do mandato do presidente Getúlio Vargas...” Ver ABREU e WELTMAN, 1994.
  66. COHN, 1968.
  67. O petróleo e as falsas injunções da popularidade. RJ, *O Globo*, 8mai1952, p.1.
  68. AÇÃO extra-parlamentar. RJ, *O Globo*, 9mai1952, p.1.
  69. ESTADO de alerta na opinião nacional. RJ, *O Globo*, 24março1953, p.1.
  70. MARROQUIM, Murilo. Vargas não procura apoio oficial com os partidos. RJ, *O Jornal*, 3jan1951, p.3.
  71. LACERDA, Carlos. Diversas táticas da estratégia totalitária. RJ, *Tribuna da Imprensa*, 11fev1952, p.4.
  72. SOB o comando de Moscou. RJ, *O Jornal*, 13dez1952, p.4.
  73. CARVALHO, 2000, op.cit.
  74. HABERMAS, 1984, op. cit, p.163.
  75. TOCQUEVILLE, 1973, p.315.
  76. HABERMAS, 1984, op. cit, p.164.
  77. MILL, 1991, p.111 e 112.
  78. GASSET, 1987, p.37.
  79. HALEBSKY, 1978.
  80. KOSELLECK, 1999, p.41.
  81. Na base desse pensamento está a ideia de que o equilíbrio do sistema político, manifestado exemplarmente pela Constituição britânica do século XVIII, resultaria da presença de elementos de realeza, aristocracia e democracia. (HIRSCHMAN, 1992, p.80). A presença do monarca no esquema institucional seria imprescindível. Como representante do povo, ele poderia impedir, através do veto real, que o corpo de representantes exercesse poderes

- incontroláveis, de modo a propiciar o surgimento de uma espécie de tirania oligárquica.
82. BURKE, 1982, p.83.
  83. CARDOSO e VAINFAS, 1977, p.377.
  84. KIENTZ, 1976, p.171.
  85. FIORIN, 1988, p.25.
  86. EAGLETON, 1997, p.171.
  87. MARIANI, 1998, p.25.
  88. Idem.
  89. FIORIN, 1988, p.43.
  90. Idem, p. 32 e 43.
  91. ROBIN, 1977, p.48.
  92. Idem.
  93. THOMPSON, 2000, p. 54 a 62 e 71 e 90.
  94. “A chave para compreender por que os acontecimentos de 1848-51 culminaram num golpe de estado – e não num levante revolucionário – está no fato de que os camponeses, que perfaziam a classe mais numerosa da França, apoiaram a Luís Bonaparte; e eles lhe deram seu apoio porque estavam prisioneiros da lenda de Napoleão, eles estavam fascinados pela figura que se apresentava a si mesma como salvadora, adotando os costumes do antigo herói”. THOMPSON, 2000, op. cit., p.61.
  95. Thompson distingue cinco modos de operação da ideologia: Legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. A esses modos correspondem diversas estratégias de construção simbólica. Ver THOMPSON, 2000., op. cit, p.81 a 89.
  96. STOPPINO, 1998 p.585 e 586.
  97. PORTELLI, 1977, p.33.
  98. MILLER, 2001, p.250.
  99. GRAMSCI, 1968, p. 116 e 145.
  100. “Enquanto a aristocracia fazia as leis, regia a administração do Estado, dispunha de todos os poderes públicos organizados e dominava a opinião pública, por meio dos fatos e por meio da imprensa, repetia-se em todas as esferas, desde a corte até o Café Borgre, a mesma prostituição, a mesma fraude descarada, o mesmo afã de enriquecimento, não mediante a produção, mas por meio da escamoteação da riqueza alheia, já criada. Ver MARX, Karl, 1977, p.114.
  101. Marx reconhece, no período que vai de 13 de junho de 1849 a 31 de maio de 1850, a existência de uma ditadura parlamentar do partido da ordem, quando ocorre a abolição do sufrágio universal e institui-se a lei de imprensa do governo, vista como complemento da lei eleitoral.” “As disposições sobre fiança mataram a chamada imprensa revolucionária; o povo viu em seu aparecimento uma compensação pela supressão do sufrágio universal. Contudo, nem a tendência nem os efeitos da nova lei se limitavam a esta parte da imprensa. Enquanto era anônima, a imprensa aparecia como órgão da opinião pública, inúmera e anônima; era o terceiro poder dentro do Estado. Tendo que ser assinados todos os artigos, um jornal se convertia numa simples coleção de contribuições literárias de indivíduos mais ou menos conhecidos. Os artigos desciam ao nível dos anúncios. Até ali, os jornais haviam circulado como papel-moeda da opinião pública, agora, convertiam-se em letras de câmbio mais ou menos ruins, cuja solvência e circulação dependiam do crédito não só do emitente, mas também do endossante. A imprensa do partido da ordem incitara, do mesmo modo que em relação à supressão do sufrágio universal, a adoção de medidas extremas contra a má imprensa”. Ver MARX 1977, op. cit., p.191 e 192.

## 1

## Evolução do quadro político: divergências e aproximações editoriais

**Uma das controvérsias entre os representantes** da imprensa liberal se deu em torno da política externa adotada pelo governo Goulart, que era apoiada pelo *Jornal do Brasil* e vista pelos jornais *O Globo* e *O Jornal* como a porta de entrada para o comunismo. Considerada uma ideologia totalitária, um mal que dividia a nação e pregava a violência revolucionária das massas populares, o comunismo trouxe para o centro do debate a questão da segurança nacional. Com Goulart na Presidência, acentuaram-se os conflitos de opinião sobre que papel os militares deveriam desempenhar naquele contexto de Guerra Fria. Com a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, teve início uma disputa entre duas interpretações: a que via como positiva a intervenção dos ministros militares e a que enfatizava a mobilização da sociedade civil e das instituições democráticas na resolução da crise que possibilitou a posse de Goulart.

Entre as propostas de mudanças sociais do governo Goulart, a reforma agrária foi alvo de polêmicas. Alguns jornais a viam como manifestação de uma política de radicalização contra o direito de propriedade. Além disso, a pressão popular em favor das reformas incorporou cada vez mais, formas diretas de participação, sobretudo após o governo adquirir maior autonomia com o plebiscito de 1963, o que deu

substância à argumentação de que forças sociais e políticas identificadas com as correntes trabalhistas e os comunistas preparavam o desmanche das instituições políticas representativas, confrontando as tradicionais liberdades e os direitos dos indivíduos. A partir daí foram sendo estabelecidas, paulatinamente, afinidades entre as linhas editoriais de *O Globo*, *O Jornal* e *Jornal do Brasil*, o que possibilitou a criação da *Rede da Democracia* e a unificação dos discursos jornalísticos contra o governo Goulart.

Todavia, as posições do *Jornal do Brasil* na fase parlamentarista do governo se diferenciavam de *O Globo* e de *O Jornal*, que apresentaram linhas editoriais mais próximas. Embora *O Globo* tenha sido contra a posse de Goulart, apoiado a opção parlamentarista e *O Jornal* tenha apoiado a posse de Goulart e sido contra o parlamentarismo, os dois jornais alimentaram um clima de desconfiança em relação ao governo, atribuindo ao presidente uma postura de omissão sistemática diante dos problemas da nação e da infiltração comunista, além de responsabilizá-lo pela instabilidade que passara a sofrer o regime político. A avaliação produzida pelo diretor e articulista de *O Jornal*, quando o país já tinha experimentado vários gabinetes parlamentaristas e se preparava para realizar o plebiscito em janeiro de 1963, ilustra bem a falta de credibilidade que sofria o governo, quanto ao que os jornais chamavam de preservação das instituições democráticas.

*A propaganda é um dos elementos mais eficientes para a conquista das massas. É sabido que as multidões – estudadas, à exaustão por Scipio Sigheli e Le Bon – têm uma psicologia muito diferente da dos indivíduos. O que não se impinge a um homem, em um diálogo, pode ser dito às massas com a maior sem-cerimônia. É que esta reage de forma, não racional, mas emotiva. E quanto mais baixo o nível cultural da massa, mais fácil de conduzir com palavras sonoras e irracionais. Daí o êxito dos chavões na vida política moderna. Daí o sucesso dos demagogos.*

*[...] O governo que aí está... procura conseguir o favor das massas, encobrin-do a própria incapacidade administrativa e acenando-lhes com salários e favores que as iludem e embriagam momentaneamente. Destarte, mascara a incompetência e tenta consolidar o poder pessoal que, por um desastre da história, lhe caiu nas mãos.<sup>1</sup>*

No texto jornalístico, a avaliação do governo Goulart é precedida por uma referência ao nome de Gustave Le Bon, psicólogo francês comprometido com uma visão conservadora do mundo social, como revela a “Psicologia das multidões”, obra de 1895. Le Bon procura



compreender o comportamento, a mentalidade e os sentimentos dos indivíduos numa situação de agregação. Se, isoladamente, os indivíduos são capazes de um comportamento racional, em multidão, eles cedem aos instintos, no momento em que adquirem uma “sensação de força invencível”, só possível em “virtude do número”, o que ocorre por meio de sua inserção numa “turba”.<sup>2</sup> Ao se converterem em multidão, os indivíduos adquirem “uma alma coletiva”, que os “faz sentir e proceder de maneira diversa daquela pela qual sentiria, pensaria e procederia, cada um deles isoladamente.”<sup>3</sup> A formação da alma coletiva significa que “as diferenças entre os indivíduos perdem a importância, desaparecendo as aptidões intelectuais dos homens”. Na medida em que as multidões se corporificam pela “fusão de qualidades ordinárias”, elas não “podem praticar atos que exigem uma inteligência elevada.”<sup>4</sup> O estado do indivíduo que faz parte de uma multidão se assemelha a um estado de fascinação, de hipnose,<sup>5</sup> pois aí dominam as qualidades do inconsciente.<sup>6</sup> Fazer parte de uma multidão significa, para Le Bon, degradação na escala de valores da civilização. O indivíduo em turba é instintivo, termo equivalente a bárbaro. Entre as suas características destacam-se a “espontaneidade, a violência, a ferocidade”. Ele age de forma entusiástica e heroica, como os seres primitivos.<sup>7</sup> Uma vez que não se distinguem pela reflexão, sendo facilmente influenciáveis, as multidões “aceitam ou recusam opiniões, ideias e crenças como verdades absolutas ou como erros absolutos.” A inexistência da dúvida, da contradição, da discussão, e a noção de força desdobram-se em posturas autoritárias e intolerantes<sup>8</sup>, vistas como parte da natureza da multidão. Para Le Bon, portanto, é estranha a noção de um público que se informa pela imprensa e debate questões públicas.<sup>9</sup> Além de demonstrar o caráter irracional, impulsivo e mesmo repressivo dessas coletividades, Le Bon classifica o momento histórico do século XIX de a “Era das Multidões”, sugerindo uma identificação entre multidões-massas e classes populares<sup>10</sup>. Esta identificação que Le Bon estabelece entre as multidões e as “classes subalternas”<sup>11</sup> é também observada no artigo de *O Jornal*, ao atacar o governo Goulart. Com efeito, ao produzir uma avaliação negativa da administração governamental no período parlamentarista e, ao mesmo tempo, resgatar o pensamento de Le Bon, o articulista reforça a ideia de que o governo se sustentava não pelas realizações, mas pelo consentimento das massas, obtido por meio da manipulação ideológica realizada pelas lideranças demagógicas. O discurso

ganha sentido se considerarmos que o parlamentarismo, segundo *O Jornal*, não funcionava porque o governo o boicotava, tendo em vista seu interesse na volta do presidencialismo. Assim, entendia que o país estava experimentando um governo de caráter pessoal, submetido ao Presidente da República e desligado do Parlamento. Percebia, portanto, que o sistema de governo continuava a ser na prática presidencialista e o Executivo funcionava como um poder descontrolado, pelo fato de se expandir e invadir áreas fora de suas atribuições, sem encontrar barreiras institucionais que o detivessem.

Embora usasse um tom mais ameno, *O Globo* também produziu uma avaliação negativa do governo, logo após a realização do plebiscito, quando as lideranças se preparavam para organizar o primeiro ministério presidencialista.

*Muitos erros foram cometidos no ano e meio de vigência do nosso parlamentarismo de fachada. Manteve-se a farsa da política externa janista, incentivou-se a atividade antinacional e subversiva do peleguismo oficial, subverteu-se a hierarquia dos salários com a capitulação diante dos arreganhos do Comando da Greve, afagou-se o dispositivo marginal e divisionista instaurado dentro das Forças Armadas, insuflou-se a luta ideológica, permitiu-se que as mais elevadas posições de mando da República fossem ocupadas por cidadãos de notórias convicções anti-democráticas, instalou-se o completo cerco à livre empresa, ameaçada pela assessoria governamental estatizante.*<sup>12</sup>

Como se observa, *O Globo* segue uma linha editorial próxima a de *O Jornal* com relação às críticas ao presidente Goulart e ao seu governo<sup>13</sup>, que se originou da crise político-militar, após a renúncia de Jânio, em agosto de 61. O governo Goulart experimentou na sua trajetória de instabilidade uma forte rejeição por parte das forças liberais, identificadas com a UDN, que, no plano interno, mostrava-se inflexível em relação às questões sociais e mobilizações das classes trabalhadoras e, no plano externo, demandava um alinhamento às políticas americanas. O processo político que atravessou o governo Goulart deve ser entendido nos marcos do conflito internacional da Guerra Fria, quando as disputas por áreas de influência entre Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se impuseram mais incisivamente aos atores políticos nacionais, imprimindo forte conteúdo ideológico aos seus discursos. Isso significa que os problemas de governabilidade enfrentados por Goulart ao assumir a presidência, teriam sido potencializados pelo agravamento das dis-

## Anexo I

Datas, títulos das matérias de *O Jornal* publicadas sobre a *Rede da Democracia* e nomes dos que participaram com pronunciamentos

22/10/1963

*No ar a Cadeia da Democracia*  
*Oitenta por cento do nosso povo repelem soluções esquerdistas*

Ruy Gomes de Almeida, presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil  
Daso Coimbra, deputado federal PSD RJ  
Bilac Pinto, deputado federal UDN-MG  
João Calmon, deputado federal PSD-ES e vice-presidente dos Diários Associados

23/10/1963

*Senador Men de Sá sobre a Cadeia da Democracia*  
*É necessário que os democratas tenham o arrojo dos totalitários*

Men de Sá, senador RGS PL  
Armando Falcão, deputado federal PSD/UDN  
Hélio Machado, ex-Prefeito de Salvador e ex-deputado federal PDC BA  
Martins Rodrigues, deputado federal PSD-CE

24/10/1963

*Virgílio Távora lança apelo ao povo e elogia Rede da Democracia*

Virgílio Távora, governador do Ceará

26/10/1963

*Objetivos da Rede da Democracia, desde ontem no ar:*  
*Desmascarar a tentativa e eliminar a liberdade em nome da justiça social*

João Calmon, deputado federal PSD ES, vice-presidente dos Diários Associados  
Nascimento Brito, proprietário do *Jornal do Brasil*  
Roberto Marinho, proprietário de *O Globo*  
Daniel Krieger, senador RS UDN  
Milton Campos, senador UDN MG  
Fillinto Muller, senador PSD/PTB MT  
João Agripino, senador UDN/PDC  
Tancredo Neves, deputado federal PSD MG  
Tenório Cavalcanti, deputado federal PST RJ  
Ulysses Guimarães, deputado federal PSD SP e vice-líder do governo na Câmara Federal  
Pedro Aleixo, deputado federal UDN MG  
Adaauto L. Cardoso, deputado federal UDN GB  
João Santana, líder sindical, Presidente do sindicato dos arrumadores do estado da Guanabara

29/10/1963

*Rede da Democracia*  
*Apenas a integração nacional pode suplantar as ideologias exóticas*

Aluísio Alves, Governador do Rio Grande do Norte  
Gil Veloso, deputado federal UDN/PTB ES  
Afrânio de Oliveira, deputado federal UDN/PDC SP  
Arnaldo Gomes Taveira, Vice-presidente da Associação Comercial e ex-diretor da Cacex  
Ildo Meneghetti, governador do Rio Grande do Sul  
João Calmon, deputado PSD, vice-presidente dos Diários Associados  
Eremildo Viana, professor, Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia  
Zilfo de Freitas Mallmann, Presidente da Federação das Indústrias  
Deputado padre Godinho, deputado federal UDN/PDC SP  
Osvaldo Peralva, jornalista, Superintendente do *Correio da Manhã*

30/10/1963

*Raimundo Padilha na Rede da Democracia*  
*União Nacional dos Estudantes é um antro de delinquentes políticos*

Raimundo Padilha, deputado federal UDN RJ  
Roberto Marinho, jornalista e proprietário de *O Globo*  
Jefferson de Aguiar, senador PSD  
Aristóteles Luiz Drumond, estudante, presidente do Diretório Nacional do Grupo de Ação Patriótica

31/10/1963

*Rede da Democracia*  
*A unificação do povo acabará por arrancar a máscara de muita gente*

Raimundo Padilha, deputado federal UDN RJ  
João Dantas, jornalista e proprietário do *Diário de Notícias*  
Osvaldo Zanelo, deputado federal PRP ES



EdUFF: PRIMEIRA EDITORA NEUTRA EM CARBONO DO BRASIL

Título conferido pela OSCIP PRIMA ([www.prima.org.br](http://www.prima.org.br))  
após a implementação de um Programa Socioambiental  
com vistas à ecoeficiência e ao plantio de árvores referentes  
à neutralização das emissões dos GEE's – Gases do Efeito Estufa.



Esta obra foi composta em Arno Pro, corpo 11,5/13,5, fonte projetada por Robert Slimbach, e impressa em papel offset 75g/m<sup>2</sup> nas oficinas gráficas da Nitpress, em março de 2010.